

Senadores defendem esforço para desenvolver o Mercosul

Discurso de José Sarney salientando a importância de pleno entendimento entre Brasil e Argentina recebeu várias manifestações de apoio. Ex-presidente também pregou a adoção de moeda única pelos dois países

Sarney recordou seu empenho pessoal, quando presidente da República, em desenvolver as relações entre Brasil e Argentina



O senador José Sarney reafirmou ontem, em plenário, a importância de pleno entendimento entre Brasil e Argentina. “Nossa prioridade deve ser crescer bastante e crescer juntos”, disse o ex-presidente da República, em pronunciamento que rece-

beu várias manifestações de apoio de outros senadores.

Para Sarney, que também pregou a adoção de moeda única pelos dois países, as dificuldades atuais do Mercosul representam questões menores, ligadas apenas ao setor aduaneiro.

PÁGINA 5

CPI do Judiciário ouvirá relatórios de três casos no dia 19

Senador Paulo Souto anunciou que no dia 19 lerá os relatórios das investigações sobre o TRT-RJ, a adoção de crianças em São Paulo e irregularidades em alvarás de soltura no Amazonas.

PÁGINA 6

Plenário examina hoje três acordos de cooperação com a Argentina

PÁGINA 2

ACM PROPÕE RENEGOCIAÇÃO DE ACORDO DO BRASIL COM O FMI



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a renegociação do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre os pontos que poderiam ser revistos, ele indicou o pagamento de juros referentes a um empréstimo de US\$ 2,2 bilhões, cujo pedido de autorização encontra-se no Senado. “O que é grave nesse caso é que, mesmo sem empregar os recursos, o Brasil paga juros”, criticou o senador, ao fazer um balanço de sua viagem à sede da Organização das Nações Unidas (ONU).

PÁGINA 3

Antonio Carlos disse que o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Nittin Desai, considerou justa a proposta de renegociação do acordo com o FMI



Crimes sexuais poderão ter segredo de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, em caráter terminativo, projeto da senadora Luzia Toledo que institui segredo de Justiça para processos penais relativos a crimes contra a liberdade sexual. O objetivo da proposta é impedir constrangimento às vítimas desse tipo de crime.

PÁGINA 6

Senado examina acordos com a Argentina

Plenário também analisará hoje matérias relacionadas, entre outros assuntos, com o estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após os 40 anos de idade

Três acordos entre Brasil e Argentina serão analisados hoje pelo plenário do Senado, que apreciará também requerimento solicitando a tramitação conjunta dos projetos que versam sobre estímulo ao primeiro emprego e emprego após 40 anos de idade; projeto que altera disposições sobre a organização da assistência social; e projeto que autoriza o governo federal a reverter imóvel em favor da Sociedade Japonesa de Santos. A segunda dessas propostas pode ser

Os acordos que constam da pauta tratam das áreas alfandegária, de integração cultural e de imigração

considerada prejudicada.

Os textos dos acordos internacionais, celebrados em 1997 com a Argentina, referem-se à integração cultural, à isenção de vistos e ao funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.



Secretário fala na Subcomissão do Cinema

Dando continuidade às audiências públicas promovidas pela Subcomissão do Cinema Brasileiro, os senadores ouvirão hoje, às 9 horas, o secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés. A audiência contará também com a participação de integrantes do Conselho Nacional de Cinema. Com o objetivo de apresentar projetos para fortalecer o cinema nacional, a subcomissão foi criada por iniciativa do senador Francelino Pereira (PFL-MG), e funciona no âmbito da Comissão de Educação.

Tendo como presidente o senador José Fogça (PMDB-RS) e Francelino, como relator, a subcomissão realizou na última sexta-feira sua primeira audiência pública, recolhendo sugestões de profissionais da área. Participaram dos debates os diretores Roberto Farias, Nelson Pereira dos Santos e Gustavo Dahl; a professora Maria Dora Mourão, da Escola de Cinema da USP; Adriana Rattes, representante dos exibidores; e Marcos Marins, que mantém um site na Internet sobre o cinema brasileiro.

Comissão de Orçamento poderá ouvir Everardo



Gilberto Mestrinho é o presidente da comissão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 9 horas, para apreciar requerimento que convida o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre as receitas que financiam o Orçamento para o ano 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comissão analisa, na mesma reunião, projeto que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito de R\$ 600 mil em favor da Justiça do Distrito Federal e Territórios, e ainda relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho.

Maguito propõe privatização da Norte-Sul

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a imediata privatização da ferrovia Norte-Sul, afirmando que as obras de construção da via férrea só serão viabilizadas se, a médio prazo, forem repassadas à iniciativa privada. O senador citou o exemplo do que ocorreu com a ferrovia Leste-Oeste que, somente depois de privatizada, "começou a virar realidade".

Maguito informou que a ferrovia Leste-Oeste, depois de parada por muito tempo, apenas em agosto passado, abriu tráfego em 410 km de trilhos, depois de a iniciativa privada ter investido R\$ 1,3 bilhão. Outros 370 km estão em obras, continuou. "Não será exagero prever para o ano que vem o descerramento da última placa de inauguração", previu.

Segundo o parlamentar, o Estado tem obrigação de repassar à iniciati-

va privada os empreendimentos prioritários que não pode executar por falta de recursos. "Além disso, é mais lógico privatizar a construção da obra do que, depois de despendido bilhões de reais de dinheiro público, entregar à iniciativa privada apenas a doce tarefa de explorar serviços," salientou.

Maguito elogiou o esforço do ex-presidente e atual senador José Sarney (PMDB-AP), que iniciou e concluiu o primeiro trecho da Norte-Sul, cortando o estado do Maranhão. Maguito também reser- vou palavras elogiosas para o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). "Profundo conhecedor do as-

sunto, ele tem sido defensor árduo da privatização das obras da Norte-Sul", enfatizou.

O senador disse que o sistema rodoviário, embora tenha cumprido e ainda cumpra papel preponderante no desenvolvimento da economia nacional, encontra-se "exaurido", havendo a necessidade de interligá-lo a novas modalidades de transporte. Após fazer uma análise dos vários benefícios que decorrerão da construção da Norte-Sul, sobretudo com relação ao escoamento da produção, Maguito concluiu que a privatização da ferrovia "é uma medida que o governo tem que tomar rapidamente".



Iniciativa privada tem os recursos que faltam ao governo, afirma Maguito

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
10h30 - Recebe Marcelo Audi, vice-presidente da Merrill Lynch, acompanhado de grupo de investidores estrangeiros.
11h - Preside sessão deliberativa ordinária
12h - Participa da cerimônia de anúncio das medidas de redução dos juros para o tomador final. *Palácio do Planalto*
17h15 - Recebe o presidente da Argentina, Carlos Menem. *Salão Nobre*

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 4/97, autoriza o Poder Executivo federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos (SP) o imóvel que menciona; *PDL nº 14/99, aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 17/99, aprova o texto de Integração Cultural, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PDL nº 36/99, aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina; *PLC nº 9/97, altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social; e *Requerimento nº 539/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 169 e 502, de 1999, por versarem sobre estímulo ao primeiro emprego e emprego após os 40 anos de idade.

COMISSÕES

9h - Subcomissão do Cinema Brasileiro
2ª audiência pública com o tema Povo do Cinema
Convidado: José Álvaro Moisés, secretário para o Desenvolvimento Audiovisual do Ministério da Cultura. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

9h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório referente à construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho; *Requerimento do deputado Giovanni Queiroz, solicitando que seja convidado o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre as receitas que financiam o Projeto de Lei Orçamentária para 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003; e *PL nº 26/99 - CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial no valor de R\$ 600 mil para os fins que especifica. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

9h - Subsecretaria de Relações Públicas
Programação em comemoração ao Dia da Criança: visita especial às instalações do Senado e sessão do filme *Guerra nas Estrelas: Episódio 1 - A Ameaça Fantasma*, de George Lucas. As crianças serão recebidas no hall de entrada do Auditório Petrólio Portella

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-Feira (15.10.99)
9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-Feira (19.10.99)
11h - CPI do Judiciário
Pauta: Apresentação dos relatórios sobre os seguintes casos examinados pela CPI: Irregularidades ocorridas no âmbito do TRT/RJ - 1ª Região; denúncias de adoções internacionais irregulares em Jundiá (SP); e suspeitas de falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
11h30 - Comissão de Educação
Pauta: Discussão e deliberação sobre as emendas ao Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM defende renegociação de acordo com FMI

Presidente do Senado quer empenho na revisão das condições em que país obteve empréstimos para reforçar suas reservas. Ele acredita que o presidente Fernando Henrique já estuda a possibilidade de discutir com o fundo

Ao fazer ontem um balanço da sua visita à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu uma renegociação do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele disse que este foi um dos assuntos que tratou com o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Nittin Desai.

Além de entregar uma carta endereçada ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, pedindo apoio à sua proposta de combate à miséria, o presidente do Senado brasileiro opinou sobre a intenção do governo americano de ajudar os países pobres. Antonio Carlos disse ao subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Sociais que os Estados Unidos não podem esquecer também dos países que, mesmo não sendo pobres, têm muitos pobres entre sua população, como é o caso do Brasil.

Antonio Carlos defendeu um esforço da diplomacia brasileira, e até mesmo um contato do presidente Fernando Henrique Cardoso com o presidente americano, Bill Clinton, para a partir daí se tentar uma renegociação do acordo firmado com o FMI.

Entre os termos que poderiam ser renegociados, na opinião do presidente

do Senado, está o pagamento dos juros referentes a um empréstimo cujo pedido de autorização encontra-se no Senado para ser apreciado, no valor de US\$ 2,2 bilhões. Antonio Carlos explicou que, mesmo sob o rótulo de recursos a serem utilizados em programas sociais, esse dinheiro tem o objetivo de reforçar as reservas do país:

— O que é grave nesse caso é que, mesmo sem empregar os recursos, o Brasil paga juros. Toma o dinheiro para não fazer nada e ainda paga esses juros sobre esses recursos. Pelo menos essa situação constitui uma aberração. Acho que chegou a hora de não aceitar mais isso, de renegociar — comentou Antonio Carlos Magalhães.

O presidente do Senado disse que Nittin Desai considerou justa a proposta de renegociação do acordo com o FMI, mas sugeriu que o governo brasileiro tomasse a iniciativa de um entendimento com o fundo. Antonio Carlos disse acreditar que o presidente Fernando Henrique está estudando a possibilidade da renegociação e acrescentou que não será surpresa para ele se for informado de que o governo brasileiro já está tratando do assunto.

Durante a entrevista, Antonio Carlos afirmou que dinheiro do FMI não está sendo usado para programas sociais, mas que, mesmo assim, país está pagando juros pelo empréstimo



“Ciro deve esclarecer denúncias logo”

Durante a entrevista coletiva em seu gabinete, Antonio Carlos Magalhães opinou que o ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes**, deve esclarecer melhor as informações publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* de que ele teria sonhado informações em suas declarações de Imposto de Renda à Receita Federal, sob pena de “pagar um preço muito maior no decorrer do tempo”. Antonio Carlos disse que, se o ex-governador do Ceará conseguir ser convincente em suas explicações, o assunto deixará de ser comentado:

— Mas se **Ciro Gomes** não conse-

guir — ele que, como eu, tem certos arroubos — vai ficar vulnerável, até porque quem gosta de acusar tem que estar sempre preparado para responder quando for acusado. Inevavelmente, até aqui a resposta não foi convincente, e jamais será convincente se for na base do xingamento ou dos ataques — afirmou Antonio Carlos.

Todas as denúncias são graves, na avaliação de Antonio Carlos, e, se não forem explicadas, poderão comprometer o desejo de **Ciro Gomes** de pleitear a Presidência da República. O presidente do Senado

disse que **Ciro** terá oportunidade de esclarecer detalhadamente a situação quando voltar da viagem que está fazendo aos Estados Unidos.

Respondendo a perguntas dos repórteres, Antonio Carlos negou ter sido ele o autor das denúncias ao jornal *Folha de S. Paulo*. O senador argumentou que não costuma agredir, a não ser na forma de revide, a pessoas com quem teve bom relacionamento. “Isso evidentemente é uma infâmia das maiores. Se eu estivesse sabendo com detalhes dessa história, teria feito uma carta para ele”, afirmou.

Carta à ONU pede apoio para combate à pobreza

O senador Antonio Carlos Magalhães encaminhou ontem à Mesa, para publicação, a carta que dirigiu ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, pedindo apoio à criação, no Brasil, do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Antonio Carlos afirmou que o subsecretário conhece bem a situação do Brasil e ambos puderam discutir com franqueza — durante o encontro, que durou 45 minutos e foi acompanhado pelo embaixador do Brasil na ONU, Gélson Fonseca — o que o país espera dos organismos internacionais no esforço para combater a fome e a miséria.

Na carta a Kofi Annan, Antonio Carlos observa que as receitas ortodoxas prescritas pelos organismos internacionais, como o saneamento das economias públicas e o incremento da atividade privada, embora ajudem a debelar crises econômicas, têm-se mostrado insuficientes para reduzir a pobreza.

O senador afirma no documento que a existência de três bilhões de pessoas — a metade da população mundial — vivendo com renda diária inferior a dois dólares *per capita* torna o combate à pobreza prioridade internacional máxima. No Brasil, um quar-

to da população (40 milhões de pessoas) vive abaixo dos níveis mínimos de subsistência.

Antonio Carlos destaca na carta que o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza — sugerido pelo senador e que deve gerar cerca de quatro bilhões de dólares anuais — tem o objetivo de “viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência”. A proposta procura conciliar experiências bem-sucedidas de outras iniciativas, como o programa de renda mínima familiar, o bolsa-escola, ações executadas por entidades diversas e programas executados pelo governo em parceria com a sociedade civil.

Ao fazer no plenário do Senado um rápido balanço de sua viagem, Antonio Carlos enfatizou que, embora não resolva o problema, a ONU pode encaminhar para os organismos internacionais o ponto de vista da grande maioria dos congressistas brasileiros. “Essa viagem que fiz por conta própria me levou também a outros órgãos americanos, onde pude destacar a posição do Senado brasileiro e do Congresso Nacional em relação a este tema palpitante que é a erradicação da pobreza, que hoje preocupa não só o nosso país, mas o mundo inteiro.”

Senador é contra recursos para conclusão da obra do Fórum de SP

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, em sua entrevista coletiva, que, enquanto a CPI do Judiciário e o Ministério Público não concluírem as investigações das denúncias de superfaturamento e desvio de verbas públicas durante a construção da sede das juntas de conciliação e julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, novos recursos não devem ser alocados para a obra:

— Seria uma temeridade colocar no Orçamento da União recursos para esta obra, que hoje é o maior símbolo de corrupção no Brasil — disse o senador.

Antonio Carlos criticou entrevis-

ta concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Veloso, em que o ministro do STF, defendendo aumento salarial para os magistrados, apresentou seu contracheque e falou que iria devolver o carro comprado a prestação, por não ter dinheiro para pagar as mensalidades:

— Houve uma transformação na Justiça, mas ela é mais grave no STF. Você encontra ministros do Supremo que nunca deram opinião na imprensa, e julgam em função dos autos, que é como sempre se fez no país. Mas, por outro lado, hoje alguns ministros debatem assuntos em julgamento não como se fossem os mais importantes homens do Judi-

ciário na República, mas como políticos ou até mesmo advogados — comparou Antonio Carlos.

REFORMA

Sobre o relatório da deputada Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB-SP), referente à reforma do Judiciário, Antonio Carlos opinou que são necessárias modificações, que poderão ser feitas no plenário da Câmara dos Deputados ou quando a matéria estiver sendo apreciada pelo Senado.

O presidente do Congresso Nacional destacou, por exemplo, a necessidade de incluir o efeito vinculante e eliminar da proposta a eleição direta para os membros dos tribunais superiores.

Pecúlio dos funcionários do Senado terá novas regras

Será promulgado nos próximos dias projeto de resolução, aprovado ontem pelo Senado, que estabelece normas para transferir a gestão do pecúlio dos servidores da Casa para seus participantes.

O projeto prevê mecanismos e procedimentos para os funcionários decidirem, em assembléia, sobre o destino das reservas. Foram aprovadas emendas, fixando quorum de maioria absoluta para deliberação de assembléia geral sobre questões fundamentais que envolvam a dissolução ou outras alternativas

para a distribuição do patrimônio do pecúlio. O projeto resultou de estudos técnicos realizados pela Diretoria Geral da Casa e de manifestações obtidas pelas entidades representativas dos funcionários junto ao universo de participantes do pecúlio, as quais convergiram para a necessidade de reformulação da estrutura dessa reserva.

Não há recursos da União na composição do fundo de pecúlio, que é formado a partir das contribuições dos funcionários da Casa.

Cândido pede revogação da nomeação de diretor do Cefet

A revogação de portaria do Ministério da Educação que nomeia o professor Carlos Alexandrino dos Santos para diretor-geral do Centro Federal de Estudos Tecnológicos (Cefet) foi defendida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). O senador falou em nome da Frente Parlamentar Suprapartidária em Defesa do Cefet.



Geraldo Cândido criticou a gestão de Alexandrino

Cândido argumentou que a portaria é contrária ao resultado da consulta feita à comunidade em junho, segundo a qual o professor Renato Lúcia Pimenta obteve a primeira colocação com

28,7% dos votos.

Conforme o senador, o professor Carlos Alexandrino dos Santos, atual diretor do Cefet e último da lista tríplice enviada ao MEC, com 14,4% dos votos, teve uma gestão com muitas falhas. "Sua administração caracterizou-se pelas atitudes arbitrárias e pela implementação irresponsável de mecanismos de reforma do ensino técnico", disse.

Para Cândido, tais medidas levaram à redução brusca das vagas do ensino médio, em um período de dois anos.

Plenário acolhe convenção que protege tartarugas marinhas

Texto toma por base decisões adotadas pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 92 no Rio de Janeiro

O Senado aprovou ontem a Convenção Interamericana, assinada em Caracas (Venezuela), para proteção e conservação das tartarugas marinhas. Ao defender a aprovação da matéria, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a conveniência de o



Segundo Tuma, a convenção é defendida por ONGs, ecologistas e por governos

Brasil formalizar sua vinculação a esse instrumento internacional elogiado por governos, ecologistas e organizações não-governamentais.

Conforme explicou, a conven-

ção acolhe normas multilaterais que disciplinam aspectos ambientais relacionados a atividades econômicas. Em defesa da iniciativa, ele lembrou que o Brasil foi o país-sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que proclamou a Declaração do Rio de 1992, "fundamento do texto interamericano analisado", como destacou o senador.

Tuma apontou ainda a importância da adesão a essa convenção de Estados não pertencentes

à região, devido ao caráter migratório das tartarugas marinhas. Ele elogiou o trabalho que o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, vem realizando na proteção e conservação de espécies animais e vegetais.

ACORDOS

Na mesma sessão, o Senado aprovou acordo celebrado entre o governo brasileiro e a República Tcheca a respeito do exercício de emprego por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Aprovou ainda acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a República da Guiné-Bissau. Essas matérias vão agora a promulgação.

CCJ analisa projeto sobre segurança e saúde do trabalho

Por requerimento do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), foi adiada a votação de projeto que alterava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no dispositivo referente à obrigação de as empresas manterem serviços especializados em segurança e medicina do trabalho. O parlamentar argumentou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deveria ser ouvida, para opinar sobre a efetiva necessidade de regulamentação dessa matéria. O requerimento foi aprovado e a matéria voltará à CCJ.

Conforme Napoleão, o projeto amplia a competência da Comis-

são Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), obrigando a contratação de técnico em segurança e medicina do trabalho com as mesmas prerrogativas dos seus integrantes. Acontece que, na análise de Hugo Napoleão, já existe um serviço nessa especialidade disciplinado em regulamentação específica do Ministério do Trabalho.

"Eu gostaria de verificar se esse serviço especializado já não de-



Hugo Napoleão questiona a necessidade de nova regulamentação da matéria

tém os poderes necessários vislumbrados no projeto em questão", afirmou o senador. Ele considerou importante a audiência da CCJ para que a comissão responda se esse serviço especializado não é um instrumento em vigor. O mesmo projeto permite à Cipa determi-

nar a suspensão da atividade quando as condições de trabalho colocarem em risco a integridade física do trabalhador.

Aprovado pesar pela morte de Wilson Vargas

A pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Senado aprovou ontem voto de pesar pela morte do ex-deputado federal Wilson Vargas. O senador José Fogaça (PMDB-RS) também prestou homenagem ao ex-deputado, dizendo que ele abriu as portas para a geração de políticos gaúchos que surgiu no final da década de 70. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à dor dos gaúchos, testemunhando a coragem de Wilson Vargas.

Ao falar da morte de Wilson Vargas, Simon disse que devia ser aprovada uma lei proibindo os amigos de morrerem em feriados, visto que os companheiros

só ficam sabendo depois do enterro. O senador classificou Vargas como um dos homens mais extraordinários e de maior dignidade que conheceu, acrescentando que ele tinha, "além de todas as qualidades do gaúcho, os gestos largos e o discurso empolgante, capaz de mobilizar multidões".

Fogaça disse que o homenageado, que tinha suas raízes no trabalhismo de Getúlio Vargas, foi uma das maiores lideranças do Rio Grande do Sul neste século, sendo um nome que vai para "a galeria das mais notórias expressões políticas do estado". Ele lembrou que, no começo de sua vida pública, teve em Wilson Vargas a palavra de apoio,

estímulo e esclarecimento. "Ele me abriu as portas da compreensão do universo político novo e das lições permanentes de consciência política. Recebi dele ensinamentos eternos e imutáveis em matéria de comportamento político", afirmou Fogaça.

Antonio Carlos disse que o perfil traçado por Simon traduzia exatamente o homem que foi seu colega na Câmara dos Deputados. Ele definiu Wilson Vargas como um homem público de muita coragem, que "tinha também os românticos característicos daquela região". Conforme Antonio Carlos, a morte foi uma perda para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 96, de 1999. Comissão Diretora. Dispõe sobre o Pecúlio dos Servidores do Senado Federal e dos Órgãos Supervisionados.

Resultado: Aprovados o projeto e as emendas nºs 2 a 7, 10 e 11-Plen, nos termos das emendas nºs 12 a 16-CCJ. Prejudicadas as emendas nºs 1 (substitutiva), 8 e 9-Plen. À promulgação.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1995 (nº 2.235/91, na Casa de origem). Acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Resultado: Aprovado requerimento do senador Hugo Napoleão, solicitando audiência da CCJ. A matéria vai à CCJ.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1998 (nº 624/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a Guiné-Bissau, em Brasília, em 10 de julho de 1997.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1998 (nº 625/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca, em Praga, em 13 de julho de 1997.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 1998 (nº 633/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Requerimento nº 538, de 1999. Osmar Dias. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos projetos de resolução nºs 68 e 88, de 1999, por versarem sobre nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998 (operações de crédito interno e externo dos estados, do DF, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações).

Resultado: Aprovado. Os PRS nºs 68 e 88/99 passam a tramitar em conjunto e retornam à CAE.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Sarney quer Brasil e Argentina crescendo juntos

Senador defende adoção de moeda única pelo Mercosul e vê as boas relações com país vizinho como base para garantir à América do Sul um espaço político e econômico no mundo globalizado “sem subserviência nem subordinação”

Às vésperas das eleições presidenciais na Argentina, o senador José Sarney (PMDB-AP) reafirmou ontem, em discurso, a relevância de um pleno entendimento do Bra-



José Sarney considera “questões menores” as dificuldades atuais do bloco

sil com aquele país para garantir à América do Sul um espaço político e econômico no mundo globalizado sem subserviência nem subordinação. “Nossa prioridade deve ser crescer bastante e crescer juntos”, destacou.

Sarney recordou ter tido empenho pessoal em desenvolver as relações Brasil-Argentina, como embrião do Mercosul. “Tenho satisfação de ter tomado essas decisões que representaram a contribuição mais pessoal que dei, durante meus anos como presidente da República. Estava convicto de que as relações pouco intensas do Brasil com seus vizinhos estavam equivocadas e que o começo de um futuro próspero residia em relações estreitas

com a Argentina”, disse o senador.

Para Sarney, as dificuldades que o Mercosul atravessa representam questões menores, ligadas a relações meramente aduaneiras. Ele sugeriu a unificação das moedas do Mercosul como uma das alternativas para superar o impasse. E defendeu a retomada dos ideais iniciais de integração econômica, política e cultural, para consolidar um verdadeiro mercado comum que, ao lado dos quatro países pioneiros, possa incluir outras nações do continente.

O senador pelo Amapá foi enfático: “O Brasil não pode ir à Organização Mundial do Comércio contra a Argentina, nem vice-versa. Precisamos encontrar uma solução

compartilhada que faça justiça ao patrimônio comum que representa, hoje, o relacionamento Brasil-Argentina”.

Segundo José Sarney, não se deve pensar na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) neste momento. “Vamos primeiro consolidar o Mercosul, que tem tudo para dar certo. Brasil e Argentina representam o núcleo dessa associação, e devemos crescer juntos. Ao romper esse impasse conjuntural, iremos resgatar o sonho de construir uma América do Sul com o peso do Mercado Comum Europeu ou dos Estados Unidos”, afirmou.

Depois de traçar um perfil histórico das relações Brasil-Argentina, com ênfase no bom entendimento que obteve, quando presidente, com Raul Alfonsín, ele disse que não está com os olhos voltados para o passado. “Cabe aos presidentes atuais, que não assinaram o tratado inicial, rediscutir as idéias e encontrar o caminho para contornar essas questões pequenas onde os dois países estão patinando. Estou olhando para o futuro”, garantiu José Sarney.

Senadores apóiam trabalho pelo fortalecimento do bloco

O pronunciamento do senador José Sarney em defesa do Mercosul suscitou apartes de vários senadores. Para Pedro Simon (PMDB-RS), todo o entendimento entre os países da América do Sul passa pelo eixo Brasil-Argentina. “São os países do hemisfério Norte que estimulam a rivalidade entre os dois países, mas ela só existe no terreno do futebol”, disse.

Simon garantiu que o Mercosul tem tudo para dar certo. “Vamos torcer para que o povo argentino seja feliz nas próximas eleições e escolha um presidente que reedite as ações de Sarney e Raul Alfonsín, que, ao lado do presidente uruguaio, Julio Sanguinetti, lançaram as bases dessa integração.”

Segundo o senador Pedro Piva (PSDB-SP), o Mercosul representa a rejeição da América do Sul. “São as invejas que suscita que precisamos combater.” Álvaro Dias (PSDB-PR) disse não acreditar na possibilidade de um retrocesso na consolidação do Mercosul. “Os membros precisam corrigir alguns rumos e espero que ouçam a voz da experiência, expressa hoje no discurso do ex-presidente Sarney.”

O senador José Fogaça (PMDB-RS) lamentou que o Mercosul esteja se desenvolvendo apenas nas questões comerciais. “Estamos precisando de um Parlamento do Mercosul, de um Tribunal de Arbitragem e até instituições de cunho cultural que colaborem para seu fortalecimento. Não é crível que o Brasil e a Argentina não exportem cinema um para o outro, por exemplo.”

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Íris Rezende (PMDB-GO) também ressaltaram a importância de Sarney nas negociações com a Argentina, que resultaram no Mercosul. Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que exercia a presidência ao final da sessão, “o Senado viveu um momento ímpar em prol da integração de todo o continente”.

CRE escolherá emendas ao Orçamento de 2000 até a próxima semana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem adiar para a próxima semana a escolha das cinco emendas ao Orçamento de 2000 a que tem direito, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acolhendo sugestão do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), estabeleceu o critério de destinar três emendas para a área de relações exteriores e duas emendas para a área de segurança nacional. O prazo final para a entrega das emendas na Comissão Mista de Orçamento é o dia 22.

Sarney havia proposto cinco emendas aos integrantes da CRE, obedecendo ao pré-requisito de serem diretamente ligadas às políticas da responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. As emendas destinam recursos orçamentários ao pagamento de contribuições a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte, como a ONU e a OEA; ao reforço da ação do Itamaraty na promoção da exportação de bens e serviços; à área cultural; para programas de cooperação com países de língua portuguesa; e para a recomposição dos 149 postos no exterior.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) apresentou uma emenda destinando R\$ 12,8 milhões para a finalização

da construção da Estação Terrena de Rastreamento e Controle de Satélites do Inpe em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Emilia justificou a emenda lembrando que a obra foi construída até o final da segunda etapa graças a emendas apresentadas pela própria CRE em 1997, 1998 e 1999. Sarney explicou que as emendas da CRE deveriam ser restritas à área do Ministério das Relações Exteriores e que a obra beneficiada pela emenda da senadora seria pertinente ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou o sentido amplo das emendas sugeridas por Sarney e lembrou que a LDO estabelece que obras inacabadas do Orçamento de 1999 tenham garantidos recursos para sua conclusão ou continuidade.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que também é presidente da Comissão Mista de Orçamento, comprometeu-se a tornar disponíveis à comissão as informações sobre a existência de recursos do Orçamento de 2000 que porventura estejam destinados à obra da estação de rastreamento e sugeriu que Emilia apresente a emenda na Comissão de Infra-Estrutura. Mestrinho ainda disse que pretende apresentar emenda beneficiando o projeto Calha Norte, pois trata-se de programa da área de segurança nacional.



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentará cinco emendas à proposta orçamentária que tramita no Congresso



Freitas Neto

CE reúne-se na terça-feira para debater as suas prioridades

A Comissão de Educação reúne-se na terça-feira, às 1130h, para discutir as emendas que encaminhará ao Orçamento do próximo ano. A comissão, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), vai escolher cinco emendas para enviá-las, até o dia 22, à Comissão de Orçamento. Os senadores têm prazo final para apresentação das propostas até a próxima sexta-feira.

CCJ aprova segredo de Justiça para crimes sexuais

Projeto da senadora Luzia Toledo, acolhido em caráter terminativo, destina-se a impedir o “inevitável constrangimento” a que estão sujeitas as vítimas de atos ilícitos como estupro e atentado violento ao pudor

Os processos penais relativos a crimes contra a liberdade sexual deverão correr sob segredo de Justiça. É o que determina projeto de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) aprovado ontem em caráter terminativo, por unanimidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto, que teve parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), objetiva impedir o “inevitável constrangimento” a que estão sujeitas vítimas e acusados inocentados nesse tipo de crime. Segundo destacou Tebet, o Código de Processo Civil já prevê que a publicidade desses processos seja controlada. Para o senador, o fato de não haver a garantia de sigilo nesses casos inibe as denúncias. Os cri-

mes contra a liberdade sexual, segundo o Código Penal, são estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude.

Durante a discussão da matéria, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o projeto de Luzia corrige a legislação. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que muitas vezes a imprensa expõe de forma constrangedora as vítimas desse tipo de crime.

Como o projeto tem caráter terminativo, ficará cinco dias úteis, após a publicação da decisão da CCJ, à espera de possível recurso ao plenário. Caso isso não aconteça, seguirá para a Câmara dos Deputados.

CARTÓRIOS
Ficou adiada para a próxima reunião da comissão a análise do projeto que dispõe sobre a aposentadoria de titulares de cartórios extrajudiciais. O parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é pela inconstitucionalidade e arquivamento do projeto, a partir do entendimento de que os titulares de cartório são servidores públicos, sujeitos, portanto, a aposentadoria compulsória aos 70 anos. O adiamento foi feito a pedido do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a dificuldade de se adotar uma decisão sobre o tema.

Em seu voto em separado, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) defende o entendimento de que os funcionários de cartório não são servidores públicos.

— Os notários são profissionais do Direito. Servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público. A aposentadoria compulsória só se aplica ao servidor público — afirmou Francelino.

A proposta de emenda à Constituição que estabelece limites para as despesas com o funcionamento do Poder Legislativo estadual, incluindo gastos com tribunais, conselhos de contas e a remuneração de deputados, estava na pauta da CCJ, mas teve a apreciação adiada até que se vote, em plenário, requerimento do senador José Fogaça (PMDB-RS) para que ela tramite em conjunto com outra matéria.

O projeto que trata da carreira de funcionários do serviço exterior, com parecer favorável do senador Romeu Tuma, teve vista pedida pelo senador Roberto Requião. O projeto acaba com o limite de idade para o ingresso na carreira de diplomata.



Luzia Toledo recebeu apoio unânime dos integrantes da comissão a sua proposta

Relator quer ouvir Delfim sobre taxaço de operações financeiras

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), informou que terá uma reunião com o deputado e ex-ministro Delfim Netto, para ouvir suas opiniões sobre eventuais mudanças na taxaço de algumas operações financeiras e sobre como o governo poderia exercer com eficiência o controle dos negócios na Bolsa de Mercadorias & Futuros. João Alberto já manteve um encontro com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, com a mesma finalidade.

A CPI terá uma reunião administrativa nos próximos dias para definir seus trabalhos até o dia 30 de novembro, data de seu encerramento, informou João Alberto.

No encontro, os senadores decidirão sobre algumas idéias que podem entrar no relatório final. Enquanto isso, o senador continua trabalhando na elaboração de relatórios setoriais, que já estão em boa parte concluídos.

Depois de ter ouvido dezenas de depoimentos, a CPI entra na fase de propostas e a assessoria da comissão tem se reunido longamente com técnicos do Banco Central, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda, examinando sugestões de mudanças legislativas destinadas a evitar a repetição de fatos como a venda de dólares pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam, a preços favorecidos. Os assessores e técnicos se debruçam ainda sobre as sugestões do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para impedir que grandes empresas deixem de pagar Imposto de Renda.

Pelo menos uma das propostas de Everardo Maciel, que contava com a simpatia de quase todos os integrantes da CPI, foi adotada na semana passada pelo governo, dentro do pacote destinado a gerar receitas para substituir o dinheiro que o Tesouro deixará de recolher depois que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a contribuição previdenciária dos inativos e o aumento da contribuição dos ativos.



João Alberto Souza informou que a comissão concluirá os seus trabalhos até 30 de novembro

Cidadão poderá questionar junto ao Supremo constitucionalidade de leis

Todo cidadão — segundo projeto de lei da Câmara que teve parecer favorável aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) — poderá questionar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade de uma lei ou de uma proposta de lei que esteja sendo examinada pelo Congresso. A matéria ainda será votada pelo plenário.

O relator do projeto, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), disse que ele institui a chamada “queixa constitucional”, que dá direito a qualquer cidadão de entrar com recurso no STF sobre a validade ou não de uma lei ou de um projeto de lei. Baseado na legislação alemã, o projeto, acrescentou Dutra, “permite um controle maior do cidadão



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu parecer favorável a projeto proveniente da Câmara que cria a “queixa constitucional”

sobre os preceitos constitucionais”.

Os ministros do STF decidirão se a queixa se justifica ou não, explicou o senador. Ele disse que, atualmente, existe apenas a ação direta de inconstitucionalidade (Adin), que só pode ser feita por entidades

ou partidos políticos com representação nacional e após a lei estar em vigor. A queixa constitucional dá direito a qualquer cidadão de questionar a constitucionalidade de leis já feitas e de projetos em andamento no Congresso.

Paulo Souto lê relatórios no dia 19



O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), fará no dia 19 a leitura dos relatórios referentes a três casos investigados pela CPI: irregularidades ocorridas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro; arbitrariedades nas adoções internacionais de crianças em Jundiá (SP); e falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas.

Paulo Souto não quis adiantar nenhum ponto de seus relatórios, mas esclareceu que eles são conclusivos, embora a forma final vá depender de

discussões e votações pelos membros da CPI. O senador explicou que há ainda outros seis casos sendo investigados. Assim que a apuração de cada um for terminando, Souto apresentará relatórios específicos à comissão. O objetivo é permitir que os demais membros tenham tempo suficiente para ler e debater os relatórios, evitando conturbar o encerramento dos trabalhos. No final, esses relatórios específicos serão reunidos no relatório geral e final.

Tanto Souto quanto o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), mostraram-se confiantes quanto à



Paulo Souto divulgará textos conclusivos

possibilidade de encerramento da CPI dentro do prazo estabelecido — 30 de novembro.

— Ninguém quer uma nova prorrogação do prazo. Por isso estamos fazendo força para encerrarmos até o fim de novembro — disse Tebet.

Também no dia 19 será ouvido o juiz José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, reintegrado ao cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça. Ele é acusado de irregularidades em Mato Grosso. Outro citado nas denúncias, desembargador Athaide Monteiro da Silva, será ouvido no dia 20.

Simon sugere que FHC ouça OAB sobre crime organizado

Proposta do presidente para que país organize movimento de combate à impunidade e aos corruptos deve ser discutida com advogados, Congresso, STF e Procuradoria da República, defende o senador gaúcho

Tuma lamenta falecimento de presidente da TV Bandeirantes

Exatamente dois meses após o Senado homenagear João Jorge Saad pelo seu 80º aniversário (transcorrido em 22 de julho, quando o Congresso estava em recesso parlamentar), lembrou ontem o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o presidente da Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão faleceu, no último dia 10, lamentou.

João Saad teve o corpo velado na Assembléia Legislativa de São

Paulo, onde “as reverências prestadas por uma massa de admiradores e centenas de personalidades da política, dos negócios, das artes e cultura brasileiras evidenciaram a importância de Saad para as comunicações brasileiras”.

O senador fez questão de inscrever nos Anais da Casa texto dedicado a João Saad pelos funcionários da Rede Bandeirantes, divulgado no site da empresa na Internet.

Piva ressalta grandeza de Saad

Em nome da liderança do PSDB, Pedro Piva (PSDB-SP) se associou ontem às palavras de Romeu Tuma em homenagem ao presidente da Rede Bandeirantes, João Jorge Saad, falecido no último sábado. O senador ressaltou que conheceu o empresário há mais de 30 anos e participou com ele do início da TV Bandeirantes:

– Com uma pequena rádio, o empresário conseguiu formar um império jornalístico de fundamen-

tal importância para o país – enalteceu o senador.

Ao registrar o envio de condolências à família Saad, Piva lembrou a origem libanesa do dono da Rede Bandeirantes.

Na presidência dos trabalhos, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou a morte do empresário, caracterizando-o como “eminente brasileiro e grande empresário”. Ele assinalou que Saad prestou “inesimizáveis serviços ao país”.

TV Senado debate tráfico de animais



O Ibama, órgão do Ministério do Meio Ambiente, divulgou dados alarmantes sobre o tráfico de animais silvestres no país. Os ministérios do Meio Ambiente, Marinha e Exército estão firmando

convênios para combater esse tráfico de animais silvestres, além das ações depredatórias contra a fauna e a flora. Esse é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, com a participação do senador Luiz Otávio (PPB-PA) e

Dener Giovanini, representante da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), organização não-governamental que combate o tráfico de animais.

O senador paraense é favorável à preservação do meio ambiente, mas disse que “devemos melhorar o estado, as estradas e, aí então, a fiscalização, não só ao tráfico de animais silvestres, mas ao tráfico de drogas também”, opina. O programa vai ao ar hoje, às 13h30, 19h30 e 21h30.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que procure a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para ouvir o que a instituição tem a dizer sobre o movimento que lançou contra a impunidade e o crime organizado. Depois de ouvir o presidente da Ordem, Reginaldo de Castro, Fernando Henrique poderia reunir-se, na avaliação do senador, com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República, para estudar medidas para combater o crime organizado.

Simon assinalou que o crime organizado envolve integrantes de organizações criadas justamente para combatê-lo: funcionários públicos, juízes, parlamentares, policiais. O senador lembrou a CPI do



Simon: crime aglutina servidores públicos que deveriam justamente combatê-lo

PC, que terminou no *impeachment* do presidente Fernando Collor, e a CPI do Orçamento, que afastou vários parlamentares. “Pensei que ali, pela primeira vez na história desse país, estávamos tendo vergonha na cara. Achei que vivíamos uma nova era. Mas, a primeira paulada veio quando o governo fede-

ral impediu que se criasse a CPI dos Corruptores”, afirmou.

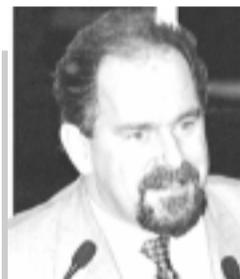
Segundo Simon, Fernando Henrique argumentou que dois anos já haviam sido perdidos com as CPIs do PC e do Orçamento, e que não iria começar um novo governo perdendo mais um ano com a CPI dos Corruptores. “Hoje, estamos onde começamos. A OAB se aliando às mesmas instituições que iniciaram o movimento pelo *impeachment*, para combater o crime organizado e a impunidade”, ressaltou o senador.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF), lembrando que costumavam chamá-lo de radical quando dizia que “vivemos numa *bancocracia*”, assinalou que o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse recentemente que o Brasil é uma “*cleptocracia* que se transformará numa *narcocracia*”.

Dutra diz que pacto federativo não pode ignorar dívida de estados e municípios

O senador José Eduard Dutra (PT-SE) afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao propor um pacto federativo para que sejam resolvidos os problemas da Previdência Social, deixa de lado um dos problemas mais sérios da Federação, que é a dívida dos estados e municípios:

– O presidente acena com um pacto, mas aciona o rolo compressor da base governista para aprovar na Câmara o projeto que implanta o “fator previdenciário”, uma forma disfarçada de colocar a idade mínima para quem se aposenta pelo INSS –



Dutra defende modelo de previdência social universal

assinalou o senador. Dutra defendeu a implantação de uma previdência social universal para todos – militares, servidores, juízes, parlamentares e empregados de empresas privadas. Projeto com essa finalidade já foi apresentado pelas oposições no Congresso, inclusive no Senado, e prevê que ninguém se aposentará com mais de 10 salários mínimos. Quem quiser acima disso, terá de pagar à parte planos de aposentadoria complementar.

O senador lembrou que o governo só fala em problemas das aposentadorias

do serviço público e questiona que os funcionários possam se aposentar com o salário da ativa, enquanto outros trabalhadores só têm direito a um máximo de R\$ 1.200,00:

– No entanto, não vejo nem o governo e nem a imprensa lembrar que o governo desconta 11% de previdência sobre todo salário dos servidores, e não apenas sobre R\$ 1.200,00, como ocorre com trabalhadores de empresas privadas – observou.

Dutra disse que, apesar dos pedidos constantes, ainda não recebeu do governo o quadro detalhado dos salários dos aposentados. “Eu, pessoalmente, tenho todo direito de desconfiar que 90% dos servidores aposentados ganham menos de R\$ 1.200,00”, afirmou.

Viana destaca posse da nova diretoria do CFM

A posse ontem da nova diretoria do Conselho Federal de Medicina foi saudada pelo senador Tião Viana (PT-AC), que ressaltou o posicionamento do novo presidente, Edson de Oliveira Andrade, em favor de remuneração digna, condições de trabalho adequadas e possibilidade de crescimento científico para os médicos.

Tião Viana disse que Edson de Oliveira Andrade substitui “a figura marcante e que grande contribuição trouxe à resistência médica por

uma saúde digna nesse país, que é o professor Valdir Paiva de Mesquita”. Afirmando que a nova diretoria absorverá inteiramente a herança deixada pela gestão anterior, o senador lembrou que os dois presidentes são representantes da região amazônica.

Conforme Tião Viana, Edson de Oliveira Andrade é formado pela Universidade Federal do Amazonas, mestre em pneumologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, advogado pela Universi-



Viana ressaltou fato de ambos presidentes terem ligações com a Amazônia

dade Federal do Amazonas, foi segundo-secretário do Conselho Federal de Medicina e presidente do Conselho Regional do Amazonas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Judô
7h30 – Especial Unip – Futuro da cirurgia cardíaca
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h25 – Senado em Pauta
8h30 – Entrevista – O senador Maguito Vilela fala sobre o combate à pobreza e à fome
8h55 – Senado em Pauta
9h – Subcomissão do Cinema Brasileiro (ao vivo)

10h – Sessão Plenária (ao vivo)
13h30 – Debate – O senador Luiz Otávio e o coordenador da Renctas, Dener Giovanini, falam sobre o tráfico de animais silvestres
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
19h – Subcomissão do Cinema Brasileiro (reapresentação)
20h30 – Entrevista – O senador Maguito Vilela fala sobre o combate à pobreza e à fome
21h – Jornal do Senado
21h25 – Senado em Pauta
21h30 – Debate – O senador Luiz Otávio e o coordenador da Renctas, Dener Giovanini, falam sobre o tráfico de animais silvestres
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

Alcântara pede rigor das agências reguladoras

Senador lembra acidente ferroviário na Grã-Bretanha para advertir governo sobre a necessidade de os órgãos encarregados de regular setores privatizados agirem com o máximo de zelo na fiscalização dos concessionários

A propósito do desastre ferroviário ocorrido na Grã-Bretanha, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou o governo para a necessidade de exigir mais rigor das agências reguladoras, criadas no Brasil para fiscalizar as empresas privatizadas. “Está na hora de o Senado patrocinar um seminário com os titulares dessas agências para realizar um balanço cabal de suas atividades.”

Alcântara disse que no Brasil a fiscalização raramente funciona, lembrando o naufrágio do *Bateau Mouche IV*, no Rio de Janeiro, que navegava sem condições de segurança e provocou a morte de 55 pessoas. “Vamos colocar nossas barbas de molho e exigir do governo mais regulamentação e fiscalização dos serviços públicos privatizados, sob pena de enfrentarmos desastres.”



Alcântara defende modelo inglês para privatizações, com a pulverização do controle acionário das empresas

O senador pelo Ceará citou artigo do jornalista Clóvis Rossi, da *Folha de S. Paulo*, em que este afirma que “a pronta resposta do governo Tony Blair de retirar do grupo privado Railtrack a função de cuidar da segurança dos trens britânicos insinuou ter o grupo negligenciado a segurança, em busca de maiores

lucros”.

E prosseguiu: “Todos sabemos ser assim: quando o poder público relaxa, a iniciativa privada abusa. Será que as agências reguladoras dispõem de recursos humanos e orçamentários adequados para uma vigilância efetiva, feita com responsabilidade?”

Lúcio Alcântara disse que ainda é tempo de chamar a atenção do governo para as estatais que serão privatizadas, e defendeu a pulverização do controle acionário, como no modelo de privatização da Inglaterra. “Trata-se de uma solução mais democrática, que impede que se formem oligopólios como está acontecendo no Brasil com as atividades de siderurgia, petroquímica e até energia elétrica e telecomunicações.”

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o melhor caminho não é privatizar tudo. “O Estado precisa manter participação minoritária e capacidade ampla de fiscalizar.” Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), é preciso fortalecer as agências, que já estão se tornando mais importantes do que os próprios ministérios.

Francelino: pobreza é o maior desafio do milênio

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que as recentes manifestações do Bird e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o apoio do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, revelam que a pobreza é o principal desafio do novo milênio.



Francelino: ameaça de um mundo muito injusto

Ele se referia às revisões anunciadas pelo diretor-gerente do FMI, Michel Candessus, alertando para a necessidade de os governos dos países pobres darem mais atenção às suas políticas sociais, e à decisão do governo americano, anunciada na semana passada, de perdoar a dívida de cerca de 30 países pobres:

— Ou as nações ricas se unem entre si e se posicionam ao lado dos países pobres, ou todos caminharemos para o abismo de um mundo injusto, porque desigual e desumano — afirmou o senador.

Francelino frisou que, se isto não ocorrer, “seremos sufocados — num mundo só — pela miséria, pela fome, pelo desemprego, pela desigualdade que não se pode transformar no signo do novo milênio”.

O senador aplaudiu o Bird e o FMI e os governos dos países ricos e pobres que se juntam no “compromisso de construir a integração social, que já não é apenas o sonho, mas o grito de inconformidade dos povos do mundo inteiro”.

Francelino também defendeu o ministro da Fazenda, Pedro Malan, cujas declarações estão sendo interpretadas “como se o brasileiro não tivesse vergonha do nosso estado de pobreza”.

No entanto, frisou o senador, “há do que ter vergonha”. Embora reconhecendo a ação do governo na área social, Francelino disse ser motivo de vergonha “a perversa distribuição de renda, a miséria e a indigência em que vivem milhões de brasileiros”.

Maldaner quer volta do convênio da ECT com a Previdência

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a manutenção do convênio entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Ministério da Previdência e Assistência Social para atender pequenos municípios que não possuem agências do INSS. O senador recebeu carta da prefeita de Formosa do Sul (SC), Vilsa Maria Corioletti, solicitando medidas para solucionar o problema. De acordo com a prefeita, o convênio no município foi encerrado em 4 de outubro, obrigando a população a se deslocar até o posto de serviço do INSS, em Chapecó, a 65 quilômetros.

O acordo com a ECT possibilita que os beneficiários utilizem as agências dos Correios para fazerem requerimentos de aposentadoria, auxílios maternidade e doença e outros serviços relacionados à Previdência. A carta da prefeita ressalta que a maioria dos beneficiários do INSS em sua cidade “são pessoas carentes e com pouca formação”. Maldaner apelou ao ministro Waldeck Ornelas para que a situação seja resolvida “o mais breve possível”.



Maldaner tem recebido queixas de prefeituras do interior do país

Althoff defende ajuda do BNDES para estados buscarem recursos externos

Em apelo dirigido ao Conselho Monetário Nacional, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) propôs ontem que o CMN permita que os estados obtenham financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para cobrir contrapartida estadual a empréstimos internacionais destinados a programas de desenvolvimento de turismo.

Com exceção do Banco do Nordeste, que pode financiar as contrapartidas estaduais de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE), a Resolução nº 2.461/97 “limita fortemente os financiamentos ao setor público em geral”, acrescentou.

As restrições impostas pela resolução estariam, conforme o senador, prejudicando a implementação do Prodetur/Sul no âmbito de Santa Catarina:

— O governo estadual vem mantendo tratativas com o BNDES para obter o financiamento da parte que lhe caberá nos investimentos. O banco mostra-se disposto a conceder o financiamento a Santa Catarina, mas esbarra no obstáculo normativo da referida resolução — explicou Althoff.

O Prodetur/Sul, coordenado pelo Ministério do Esporte e Turismo, prevê in-



Althoff disse que resolução em vigor limita “fortemente” os financiamentos ao setor público em geral

vestimentos da ordem de US\$ 450 milhões, metade dos quais serão cobertos por financiamento do BID, 25% pela União e os 25% restantes pelos estados.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

O programa articula vários projetos nas áreas de infra-estrutura e de formação de mão-de-obra a serem implementados pelo poder público e encontra-se num “bloqueio normativo”, que sacrifica “um projeto de sólidos fundamentos, de efeitos positivos já comprovados na região Nordeste, e com grande potencial de geração de empregos”, disse o senador.